

**TURISMO SUSTENTÁVEL EM SANTA CECÍLIA (SC): LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E
CULTURAL**

Angela Cristina Freitas Duarte Ely
Universidade do Contestado – UnC
Prof.angeladuarteely@gmail.com

Debora Aparecida Almeida
Universidade do Contestado – UnC
E-mail : almdebora@gmail.com

10. Temas Especiais

RESUMO

O Turismo pode ser considerado atualmente uma das grandes vertentes de crescimento socioeconômico, em especial, no que tange à geração de emprego e renda, principalmente em municípios que apresentam, ao longo da sua história, dificuldades em promover seu auto-desenvolvimento. O presente tem como objetivo abordar o turismo, seus limites e possibilidades para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município de Santa Cecília (SC). Considerado como um setor que vem crescendo de forma incessante trazendo a oportunidade de criar empregos e empreendimentos, fatores inerentes ao desenvolvimento de uma região. Essa atividade é também percebida como possibilidade de melhoria econômica e alternativa às economias das regiões. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, tendo como objetivo fomentar questões sobre a valorização do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural e, além disso, apontar que o Município de Santa Cecília possui recursos naturais e culturais que podem ser potencializados turisticamente. Assim, a desigualdade de renda pode ser minimizada, vislumbrando horizontes para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento econômico.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico só é possível através do desenvolvimento humano. Cada povo desenvolve um conjunto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais no seu espaço de atuação constituindo seu “*modus vivendi*”.

O turismo, nas últimas décadas, tem se mostrado uma importante estratégia de desenvolvimento, quando aliado a fatores como urbanização, planejamento e infraestrutura, pelo fato de existir um vínculo entre turismo e desenvolvimento econômico, social e cultural, uma vez que este promove evidentes impactos (tanto positivos como negativos) nas relações sociais, na economia e no meio ambiente.

Visto como uma importante atividade econômica para o desenvolvimento de territórios, o Turismo tem contribuído para aglutinar povos e culturas, envolvendo histórias, belezas naturais, memórias e atrativos culturais.

Isto explica o fato de hoje o turismo ser uma atividade de notória importância, bem como seu crescimento e procura.

Na dinâmica de nossos tempos, em que nações, Estados, Municípios e comunidades, buscam meios alternativos de expandir seu desenvolvimento socioeconômico e investimentos, principalmente por carregarem um estigma fatídico de região “que não se desenvolve”, mesmo tendo sofrido alterações espaciais, torna-se, necessário cada vez mais, que haja questionamentos, reflexões e estudos acerca do tema. Por tal razão, o presente projeto vem justificar-se.

O turismo não apenas contribui com o aquecimento da economia, mas minimiza o desemprego, pois depende, em grande parte, do fator humano e dessa forma, pode favorecer a geração de empregos, valorizar a cultura local, contribuir para o equilíbrio e a preservação dos ecossistemas.

A preocupação primeira desta pesquisa foi apresentar a contribuição do turismo para a economia, sociedade e cultura do Município de Santa Cecília, a partir de um contexto de desenvolvimento local, evidenciando sua real capacidade tornar-se fator gerador de emprego e renda da população envolvida.

Foi realizado um levantamento do potencial turístico do Município, enfatizando o potencial físico (belezas naturais, cachoeiras, rios, praças) e cultural (histórias, memórias, heranças dos colonizadores).

Em seguida, realizou-se uma análise histórica tendo como objetivo explicar os fatores que contribuem ou não para o turismo local e a estagnação econômica.

Por fim, voltou-se a atenção para a importância do planejamento estratégico regional, tendo como objetivo fortalecer os aspectos positivos do turismo, evidenciando-se o fator econômico, preservando e acentuando as potencialidades culturais e ambientais presentes no Município.

A metodologia utilizada para esse trabalho envolveu uma pesquisa qualitativa de cunho histórico – bibliográfico, constituída de materiais já elaborados. Foram utilizados livros e recorrido a recursos virtuais (internet e documentários), tendo sido percebida grande escassez de fontes e de material bibliográfico que trata desse tema atualmente.

Assim, o turismo pode representar, para o Município de Santa Cecília, um instrumento de desenvolvimento capaz de alavancar mudanças na economia local e regional e na melhoria da qualidade de vida do povo.

Para tanto, há a necessidade de se promover políticas e programas de incentivos para se desenvolver turisticamente o Município de Santa Cecília, através do aproveitamento dos potenciais locais e estímulo ao desenvolvimento econômico, cultural e social.

1.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais obtidos para a realização da pesquisa se fundamentaram em: fontes históricas e bibliográficas, livros, artigos e diversos documentos. Quanto aos procedimentos metodológicos, inicialmente foi realizada a prática de campo, com a visita a Prefeitura da cidade e nos locais onde haveria a possibilidade de implantação de núcleos ou polos turísticos cujo objetivo foi obter dados e tirar fotos e foi também realizada a observação “*in loco*”, integrando e analisando vários aspectos, entre eles: histórico, econômico, ambiental para a culminância da pesquisa.

Após o processo de análise, foi feito o processo de sistematização dos estudos realizados, correção, análise, e a apresentação de viabilidade á Prefeitura Municipal para futura execução do projeto.

2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Para iniciar a fundamentação teórica partiremos do pressuposto econômico. Vale enaltecer que

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformando para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Segundo Vasconcellos e Garcia (1998), o Desenvolvimento econômico é caracterizado também pelo aumento da renda real de um país, proveniente de atividades produtivas. A renda real de um país refere-se ao produto total, relativo a bens e serviços finais. Essa renda é corrigida pelo índice de preços de bens e consumo e bens de capital.

Quando o desenvolvimento atinge um índice superior ao do demográfico, a renda per capita¹ tende a aumentar. Todavia, o desenvolvimento econômico não é compreendido somente em relação ao crescimento da produção, abrange também os aspectos qualitativos presentes no próprio processo.

O desenvolvimento econômico de qualidade é aquele que objetiva promover uma distribuição justa do PNB² que produz, reduzindo a pobreza, elevando o poder de compra do salário do trabalhador, oferecendo melhores condições de trabalho e moradia, além da ampliação dos benefícios sociais, entre eles, a qualidade de vida da população.

Um desenvolvimento perene também preconiza contínuo respeito às instituições públicas e privadas, incentiva o fator inovação e os investimentos estratégicos e tem proveitoso sistema de produção e distribuição de bens e serviços à população e aos mercados. Está vinculado a processos que acompanham a dinâmica da sociedade, a acumulação de capital, a geração de renda, financiamento e as oportunidades que surgem no mercado.

Em qualquer concepção, a análise do desenvolvimento e do crescimento econômico deve acompanhar melhorias na qualidade de vida da população. Deve incluir, de acordo com Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205):

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Mesmo depois de várias décadas, o crescimento econômico continuou sendo considerado como sinônimo de desenvolvimento, porém está se redescobrimdo que esta ideia não é totalmente verdadeira. Analistas políticos e sociais compreendem hoje, cada vez mais, que o desenvolvimento humano está ocupando lugar central no debate sobre o desenvolvimento desde o início da década de 1990. Este fato é confirmado pela importância que ganhou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo PNUD. Segundo Celso Furtado (1964), o desenvolvimento econômico é:

Um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema

¹ ¹ O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

² PNB: Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo. Fonte: ECONOMIA & TECNOLOGIA. Publicação do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) da Universidade Federal do Paraná. 2013.

produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 5).

“O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.”(PNUD, 2012)

Segundo Sandroni (1994), o desenvolvimento depende de vários fatores, das características de cada país ou região. Isto é, dependerá do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Para o autor, o conceito de desenvolvimento econômico está próximo de crescimento econômico e é evidenciado nas melhorias do nível de vida dos cidadãos e marcado também por alterações estruturais na economia.

Os índices internos medem o desenvolvimento econômico levando em conta às instituições nacionais e, externos, quando se referem aos parceiros e instituições estrangeiras.

O número de políticas públicas e programas governamentais (federais e estaduais) crescem a cada ano, tendo como fim fomentar o desenvolvimento econômico e social, ampliando-se no sentido de valorizar o espaço e as iniciativas municipais.

Existe uma tendência à valorização do local (município) e esse fato ganhou amparo legal com a Constituição Federal de 1988 e com a aprovação de várias leis complementares nos anos subsequentes.

A região não é atualmente vista apenas como mais um elemento geográfico, mas como um elemento vivo.

De acordo com Corrêa (2000):

A região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2000, p. 45-46).

As políticas públicas voltam sua atenção principalmente para as áreas de saúde e educação, incorporando hoje em maior ou menor grau, os princípios da descentralização e controle social. Nesse contexto, questiona-se porque alguns municípios se desenvolvem e outros não. Dito de outra forma, por que algumas experiências de desenvolvimento local dão resultados concretos e outras fracassam? Que tipo de fatores ou condições potencializam ou facilitam o desenvolvimento e quais o restringem ou dificultam?

O fortalecimento entre a sociedade e as instituições sociais locais pode funcionar como uma força de impulso externo de crescimento e desenvolvimento, que resultarão, por conseguinte, na melhoria da qualidade de vida, minimizando os problemas regionais locais. Sendo importante, que os setores macro (governo) e micro (setor privado) trabalhem juntos objetivando recriar fatores locais competitivos, através da inovação.

De acordo com o PNUD³, 2013, há oito objetivos a serem atingidos como metas mundiais para o milênio até 2017:

1. Redução da Pobreza
2. Atingir o ensino básico universal
3. Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade na infância
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Para alcançar essas metas, países, estados, municípios e localidades devem acreditar na possibilidade de mudança e neste cenário, muitas transformações foram observadas no Brasil: antes um país agrário, hoje uma grande economia urbana e industrial. Porém, marcado por aberturas políticas que não trouxeram a esperada democracia social, capaz de provocar a superação da fome, da miséria, da falta de habitação e de condições precárias da educação e saúde.

Sendo o Brasil considerado por muitas nações como o país das desigualdades, em seus diversos momentos históricos e marcado por democracias e ditaduras, desenvolvimento econômico e crises recessivas, seu desenvolvimento não implica necessariamente em desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido questiona-se: Qual o real significado do desenvolvimento econômico e social? É possível haver desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social?

³ PNUD: O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna. Fonte: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud>. 2013.

Quando pensamos em sociedade, devemos também pensar no conjunto da população como um todo e não apenas grupos sociais restritos. Devemos vislumbrar uma economia social maior, onde todos sejam de algum modo favorecidos, devendo visar à melhoria dos indicadores de qualidade de vida.

Todas as regiões, países, estados e municípios têm direito ao desenvolvimento. Esse direito foi consagrado pela ONU em 1986, na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Nesta Declaração, o Artigo 1º versa acerca do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, em virtude do qual todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar.

Dessa forma, a história das sociedades é construída todos os dias para atingir o desenvolvimento, superando o viés econômico, para atingir o desenvolvimento humano, considerando características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

3 O TURISMO NO BRASIL

Com enorme potencial turístico em razão da diversidade cultural e, principalmente, das belezas naturais do imenso território. Segundo o Ministério do Turismo (2012), o Brasil não tem esse potencial ainda explorado em sua totalidade, pois ocupa, na atividade turística, apenas 1% do fluxo mundial.

De acordo com Pereira (2005), o foco de preocupação da sociedade civil no país, está principalmente voltado às questões referentes aos problemas sociais, não se apresentando muito atuante no turismo, sendo que, a gestão e controle das políticas de recursos públicos da atividade turística sempre estiveram restritos à esfera do mercado e do Estado.

De acordo com o Ministério do Turismo (2012), nos anos de 1995 a 2000, verificou-se um aumento significativo no número de turistas que vieram ao Brasil, alterando o ranking de 43º para 29º, sem levar em conta o turismo interno, fator que gera um fluxo aproximado de 26,6 milhões anualmente.

Outra mudança observada nesse seguimento foi o aumento do número de brasileiros que fizeram turismo no exterior, aumento este explicado principalmente, pela estabilidade econômica do país e pelas baixas verificadas do valor do dólar.

Segundo o Ministério do Turismo (2012):

“Com uma combinação positiva entre inflação controlada, redução da taxa de juros e balanço de pagamentos equilibrada, o Brasil tem registrado crescimentos do produto interno bruto superiores aos observados em níveis mundiais.”

O turismo é um fator que contribui para a organização do espaço geográfico, pelo fato de exigir condições que favoreçam seu funcionamento, como as infraestruturas necessárias: meios de transportes, rodovias, meios de comunicação, hotéis, entre outros.

Segundo a análise do Ministério do Turismo (2012):

“O Turismo vem apresentando resultados positivos nos últimos anos e a atividade se consolidando no País como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico”.

A ausência de parcerias bem estruturadas e engajadas no Brasil em prol do desenvolvimento do turismo é identificada por Beni (2004) como um dos problemas que merecem total atenção.

De acordo com o autor, muitos empreendimentos turísticos implantados pela iniciativa privada, com o incentivo do poder público, não respeitam os preceitos da política estratégica de desenvolvimento regional e do planejamento sustentável do turismo. Este fato demonstra a falta de ações conjuntas eficazes e bem estruturadas.

A nova ordem internacional, as novas tecnologias, a valorização do conceito de prazer e de tempo livre representam novas possibilidades e valores. A situação privilegiada da informação, seja nos meios de comunicação de massa, na educação ou na cultura, aliada a essa nova realidade social, representam influências inéditas no turismo internacional (TRIGO, 1996, p.14).

Por fim, seguimos apresentando abaixo a perspectiva turística do estado de Santa Catarina.

3.1 O TURISMO EM SANTA CATARINA

De acordo com a Secretaria de Turismo de Santa Catarina (2011), o Estado de Santa Catarina possui um território caracterizado pelos contrastes: de um lado, serras imponentes que se contrapõem ao litoral com praias, baías, enseadas e dezenas de ilhas; Na arquitetura, o erudito se mistura ao novo, ao moderno, onde vários municípios mantêm as construções típicas da época da colonização enquanto suas maiores cidades, como Joinville, ao norte e a capital Florianópolis, são cidades com edificações contemporâneas e sofisticadas.

Explorar turisticamente o Estado de Santa Catarina é uma oportunidade de conhecer uma peculiar combinação de nacionalidades, o que se percebe nos aspectos culturais, através da preservação do patrimônio histórico.

O Estado oferece importantes pontos turísticos, apresentando altas temperaturas do verão, um dos fatores que atraem inúmeros visitantes para praias, espalhadas por destinos como São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Bombinhas, Garopaba e outras.

As lagoas situadas no sul catarinense; o rigoroso frio da Serra Catarinense durante o inverno, com fortes geadas acompanhadas por neve, garantem a intensa procura de turistas.

No litoral, na parte centro-norte, destaca-se o Vale do Itajaí, sobressaindo Blumenau onde estão concentrados diversos roteiros turísticos, em especial no mês de outubro, além do turismo de negócios.

No município de Timbó, o destaque fica por conta dos locais destinados à prática de esportes radicais como o *rafting*, *canyoning*.

Itajaí é um dos importantes portos do Brasil, recebendo vários cruzeiros nas temporadas de verão.

O Oeste catarinense é conhecido como Rota da Amizade e a maior cidade da região é Chapecó. Uma das cidades mais procuradas de todo o oeste catarinense é a cidade de São Carlos, conhecida pelos seus carnavais, o Natal Luz e o Réveillon, bem como por seus monumentos arquitetônicos, pelo balneário de água termal de Águas de Pratas e a Igreja Matriz São Carlos Bartolomeu, onde está localizado o maior órgão do Brasil.

No litoral sul do a grande atração turística é o Farol de Santa Marta, o maior das Américas e o terceiro maior do mundo.

A promoção do ecoturismo permitirá à Santa Catarina valorizar o crescente interesse para a sustentabilidade ambiental das atividades humanas como um valor agregado à experiência turística. Estima-se que haverá mais necessidade de planejamento de infraestrutura (esgoto, limpeza, segurança e controle e prevenção de doenças). Assim, poderá se ampliar as possibilidades para a comercialização do turismo tanto cultural (museus, monumentos, cavernas, faróis entre outros atrativos) e ambiental (parques, reservas ecológicas, entre outros).

4 ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE

Com a expansão da mineração no Brasil no Sudeste, em especial em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, aumentou de forma surpreendente o interesse pela criação de gado, que abasteceria a Região das minas. O gado tinha inúmeras serventias, entre elas, tanto era usado na alimentação, como servia de meio de transporte.

Inicialmente a região do Planalto Catarinense era um local utilizado como parada das tropas de gado que vinham de Vacaria e que seguiam rumo à feira de gado realizada em Sorocaba, interior de São Paulo.

Nesse cenário tropeiro, nasceram os municípios do Planalto Central que hoje conhecemos que cultivam ainda costumes, tradições, canções e modos de viver de seus antepassados. Como havia uma abundante área de campos, essa região aos poucos se transformou em um centro de produção pecuária. Em meados do século XX, a região foi palco de um importante acontecimento, que modificou a estrutura social, econômica, política e cultural do povo: a Guerra do Contestado⁴. Vale mencionar que

Estas eram as Sesmarias das Invernadas, destinadas a engorda e descanso do gado vindo do sul para ser comercializado na feira de Sorocaba. Serviam de certa forma como Sesmarias de Caminhos, onde desenvolvia a agricultura de subsistência para a sustentação do trânsito das tropas, incentivadas pela possibilidade de ganho que a intensa circulação entre as capitanias propiciava. O povoamento atingia os sertões da Colônia e iam surgindo novas povoações, muitas delas elevadas à categoria de vilas.
(RITTER, 1980, p. 64).

A construção da ferrovia favoreceu a necessidade de mão de obra cabocla e a vinda de colonos de origem europeia, principalmente para ocupar as margens da estrada de ferro.

A empresa responsável pela construção da estrada era a *Lumber*, mas havia outras madeireiras instaladas na Região. Essas madeireiras, após explorarem os recursos naturais existentes no território, negociavam as terras em pequenos lotes para os imigrantes descendentes de europeus. A vinda desses imigrantes, juntamente com outros fatos ocorridos anteriormente (a entrada do capital estrangeiro e a “limpeza” da terra), motivaram a formação e a caracterização de um novo território na Região Contestada e no seu entorno.

A instalação da estrada de ferro se tornou uma oportuna estratégia adotada pelo governo e por grupos economicamente dominantes para inserir na região novas relações capitalistas que se caracterizavam pelo modelo monopolista já instalado desde a República. Nessa época, o governo tinha como representantes de prestígio os coronéis, que centralizavam o poder municipal e deliberavam acerca da economia, justiça, política, entre outras esferas.

Segundo Trevisan (1982, p. 24) a origem do coronelismo vem do período Regencial, quando grandes fazendeiros recebiam títulos de coronéis e tinham autorização do

⁴ Guerra do Contestado: A Guerra do Contestado foi um conflito armado que envolveu a população sertaneja de um lado e por outro, forças militares nacionais e estaduais do outro, em uma disputa que ocorreu de outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina. Fonte: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 - 35, dez. 2004.

governo central para contratar pessoas armadas para lhes prestarem serviços, para garantir a manutenção da “ordem pública”.

Esses coronéis defendiam a manutenção da ordem de forma autoritária e centralizadora através um pensamento extremamente reacionário e conservador causando desorganização dos municípios e levando ao atraso político, econômico e cultural.

Machado (2004, p.90 -91) faz uma análise do coronelismo como fator que contribuiu para o atraso e a desorganização local:

O coronelismo é caracterizado pelos historiadores e demais cientistas sociais como um fenômeno político essencialmente ligado ao período da Primeira República (1889 -1930). Mas podemos considerar que esta prática política – que expressou o poder local dos grandes fazendeiros – vigorou em muitas regiões do país, tanto antes da República como muito após a chamada Revolução de 1930. Derivada do termo “coronel”, a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o coronelismo ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais.

Dessa forma o território onde estabelecemos nossas raízes culturais, foi palco de uma Guerra marcada pelo sofrimento da população cabocla, que expulsa de suas terras, contou com a influência e o poder de mando dos coronéis através dos fazendeiros estabelecidos.

Estes também viam o caboclo como empecilho para ampliar e desenvolver suas propriedades, sendo estes considerados apenas serviçais nas tarefas cotidianas das fazendas. Vale mencionar que

Compreende-se afinal como numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática, que postula e ao mesmo tempo nega ao homem pobre o reconhecimento de sua condição humana, abrem-se veredas para o seu desvencilhamento e porque este processo se radicaliza (FRANCO, 1976, p.101).

De acordo com Andrade (1996, p. 213) a ideia de território deve-se ligar sempre à ideia de poder, quer seja público, estatal ou ao poder das grandes empresas que se estende por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Imigrantes, caboclos, fazendeiros, sertanejos. Este cenário marcou o contexto territorial onde se desenvolveram as cidades, vilas e povoados da serra catarinense a partir da atividade madeireira e da pecuária, em um sistema de criação extensiva de baixa produtividade.

Portanto, a Guerra do Contestado teve significância determinante nos modelos de desenvolvimento econômico da região em vigor, uma vez que até o início do século XX,

verificava-se nos sertões catarinenses uma economia basicamente de subsistência, desenvolvida pelos caboclos miscigenados de portugueses, índios e negros e após a Guerra, com a expulsão desses elementos, teve início o comércio de lotes, que deram origem às pequenas propriedades rurais dos descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães.

É no território que as relações de poder são efetivadas historicamente, e de acordo com as características de cada sociedade “envolvendo relações (i) materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente” (SAQUET, 2007, p.27).

Nos dias atuais, este espaço ainda guarda essa herança histórica, embora novas atividades econômicas tenham sido implantadas, a exemplo da fruticultura e da horticultura, com o cultivo de produtos de clima temperado, a criação de gado leiteiro e de corte e algumas áreas de cultivo.

Nas décadas de 1970 e 1980, verificou-se uma crise da indústria madeireira extrativista e de seus derivados, principalmente direcionada ao reflorestamento de pinus, setor que atende à indústria moveleira do norte do Estado.

4.1 ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

Encravado no Planalto Central de Santa Catarina, Santa Cecília integra a Microrregião da AMURC. Vale destacar que o município pertence à Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC) que compreende os municípios de Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristovão do Sul a média de IDHM da região apresenta um índice de 0,691, e conforme o IBGE (2013) a projeção da população regional é de 66.195 mil habitantes.

O Município está localizado na parte central de Santa Catarina, teve como primeiros habitantes os índios das tribos Kaingang e Xoklengs e também serviu de passagem aos padres Jesuítas, Bandeirantes e Tropeiros que por essas terras passavam.

O povoamento teve início com o Tropeirismo. Santa Cecília era ponto de parada dos tropeiros que se dirigiam aos campos de Lages e Vacaria. Mas o povoamento mais intenso do Município de Santa Cecília, entretanto, teve início no Brasil Império entre os anos de 1840 e 1855 quando houve a política de colonização do sul do Brasil, em que famílias oriundas, em sua maioria, da Alemanha, como Goetten, Arbegaus, Granemann, Rauhen, Hau e Drissen, dentre outras, que foram instaladas no território local pelo Capitão José Ferreira de

Souza o qual, no ano de 1840 recebeu do Governo Imperial uma "Sesmaria de Terras", abrangendo a região compreendida entre o Rio das Pedras e o Rio Tamanduá, cujas margens serviam de pouso para os tropeiros que faziam o caminho Rio Grande do Sul - São Paulo (vice-versa).

O atual município de Santa Cecília, nasceu na localidade denominada "Corisco", significando "raio", pelo fato de receber muitas descargas elétricas. O relevo local favorecia precipitações meteorológicas e pluviométricas dessa natureza. Uma dessas descargas elétricas foi responsável pela morte de um tropeiro e de seu cavalo, logo no início da atividade tropeira em 1732. Por essa razão, o local ficou conhecido como "Corisco" (nome utilizado informalmente até o princípio do séc. XX).

A denominação Corisco já constava nos mapas do tropeirismo desde o século XVIII. Depois que os tropeiros passaram a pousar no local, ali foi criado um pequeno ponto comercial e de serviços aos tropeiros, que passaram a chamar o lugar, também, de "Pousinho" e em seguida de "Povinho".

Com a chegada dos europeus, algum tempo depois, o povoado passou a ser chamado de Rio Correntes, quando foi elevado a categoria de "freguesia", pela Lei Provincial Nº 713 de 22 de Abril de 1874. Já pelo Decreto Nº 49 de 24 de Fevereiro de 1891 foi transformado em Distrito da Paz com denominação de "Santa Cecília do Rio Correntes" (graças à fé dos imigrantes europeus naquela santa, a padroeira dos músicos).

Já no século XX, o Distrito de Santa Cecília do Rio Correntes foi palco do maior conflito armado da história do sul do Brasil a "Guerra do Contestado".

Em 31 de Março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual Nº 86, o Distrito foi levado a categoria de "Vila", passando então a chamar-se somente "Santa Cecília".

A transformação em Município ocorreu em 21 de Junho de 1958, quando a Lei Estadual Nº 348 foi aprovada, ocorrendo a instalação efetiva do Município em 05 de Agosto de 1958, o qual nasceu e se desenvolveu basicamente a partir da atividade madeireira e é ainda hoje sua principal atividade econômica.

Santa Cecília é uma cidade influenciada culturalmente pelos modos interioranos da fazenda, pelos costumes do caboclo serrano, oriundo da miscigenação do índio com os tropeiros e imigrantes europeus.

O povo carrega traços da cultura tropeira, com influências paulistas e gaúchas. O modo mais rudimentar de vida da região serrana, especialmente na região do Contestado, gerou por muito tempo, o estigma de "lugar violento e atrasado".

Com uma rica história e excelente localização geográfica, Santa Cecília localiza-se no planalto catarinense em plena Serra Geral, entremeado por cachoeiras e rios, sendo um dos municípios de clima mais frio em todo Brasil.

Em muitos invernos observou-se queda de neve. O frio ocasiona o congelamento das cachoeiras, árvores e outras plantas, criando raro espetáculo.

Através da influência tropeira, as características gaúchas são marcantes no Município, como o hábito de tomar chimarrão, o churrasco e a mesa acompanhada de pratos coloniais derivados da farinha, oriunda dos costumes dos índios que habitaram esse território.

Há também influência de manifestações juninas dos santos católicos, infiltrados no Brasil pelos portugueses, de quem também descendiam muitos tropeiros paulistas e imigrantes europeus.

É comum a ocorrência de festas, bailes, apresentação de bandas, que preservam costumes tradicionalistas, onde o prato principal é o churrasco acompanhado de saladas, polenta, pão caseiro. Sendo que, tradicionalmente aos domingos esse prato é apreciado pela maioria das famílias.

Conta atualmente com 15.757 habitantes, tendo IDH de 0,746 e PIB per capita de 12.784,94.

O principal setor econômico (segundo dados do IBGE, 2010) é o terciário, com ênfase no setor de serviços.

Tendo uma área de 1.145 Km², correspondendo a 1,47 % do território do Estado, tem como limites: ao Norte: Timbó Grande, Major Vieira e Monte Castelo, ao Sul: Curitiba, a Leste: Rio do Campo e Papanduva e a Oeste: Lebon Régis. Com 13,8 habitantes por Km², seu clima é temperado/úmido e sua temperatura média é de 15,5°C. Está a 267 km distante da capital e possui uma altitude de 1.100 metros.

Inicialmente a economia de Santa Cecília tinha como base de sustentação a agricultura. Os colonizadores que aqui se instalaram trouxeram o hábito de plantar em pequenas propriedades, em sistemas de minifúndios. Plantavam para própria subsistência e alguns comercializavam seus produtos.

A economia de Santa Cecília coincide com a atividade tropeira nos campos de Lages e Vacaria. Dessa forma, surgiram núcleos que se instalaram e deram início a agricultura e mais tarde cresceram, passando a explorar as florestas, sendo a madeira o principal interesse.

Utilizava-se a BR02, antecessora da BR116, o que facilitou o escoamento da madeira e a instalação das primeiras indústrias.

A procura pelas chamadas “madeiras nobres” era muito grande, pois além de atender à indústria moveleira, serviam para a construção de casas. A instalação de serrarias marcou a história local da economia do Município. Foram criadas as laminadoras e atualmente a indústria investe nas pastas mecânicas com os compensados.

A primeira serraria a se instalar no município de Santa Cecília pertencia ao Sr. Mauro Granemann, instalada na sede do município.

Nos anos de 1940 a 1970, as primeiras indústrias existentes na região e no interior do município eram: Afonso Ritzmann, Malucelli, serraria e fábrica de caixaria; Ernesto de Lorenzo; Irmãos Mello; Ildefonso Mello; Abrão Mussi; Amadeus Pinto; Irmãos Pereira; Orestio José de Souza; Irmãos Scariot, Gavazoni e Dorigon; Alfredo Pigatto e Cia LTDA, onde hoje é a indústria Bonet.

Essas primeiras madeiras garantiram à Santa Cecília a economia gerada até os dias atuais. Um desenvolvimento dependente da extração madeireira. Madeiras que se transformaram em indústrias, passando a gerar empregos urbanos e rurais, fomentando o trabalho produtivo e impulsionando a economia que conta com um desenvolvimento baseado na produção agrícola, pecuária e madeireira que se dedicam principalmente ao corte e plantio de pinus.

O reflorestamento de pinus é uma importante atividade econômica no município, pois Santa Cecília possui uma cobertura de 60.000 hectares, o que lhe garante o terceiro lugar em reflorestamento no Estado. A extração e o beneficiamento da madeira representam mais da metade da arrecadação local.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), o Município de Santa Cecília aparece como um dos Municípios do Brasil com graves problemas sociais e econômicos, aparecendo no Mapa da Pobreza como um dos destaques no Sul do Brasil.

Quadro 1 – Região Serrana

Localização - Mesorregião IBGE	Serrana
Associação dos Municípios	AMARP- Associação dos Municípios do alto Vale do Rio do Peixe
Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC	SDR - Curitibaanos
Área Territorial (Km²)	1.414
Distância da Capital (km)	264

Clima	Mesotérmico úmido
Altitude (Metros)	1.100
Estimativa Populacional (2010)	15.757
Densidade demográfica (hab/km²)	13,8
Data de fundação	21 de Junho de 1958
Colonização	Alemã
Eventos relevantes	Junho/Julho (Festa do Município e corridas automobilísticas)

Fonte: IBGE (2010)

Segundo dados do IBGE (2010), os principais países de destino das exportações de 2008 - 2010 do município foram: Reino Unido, Estados Unidos e França. Juntos, estes países representaram 55,9% das exportações.

Com relação à origem das importações, assinala-se a Argentina como o principal país de origem das importações no ano de 2008. As principais empresas exportadoras de Santa Cecília são:

- Bonet Madeiras e Papéis Ltda.
- Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
- Marely Móveis Ltda.
- Laminados do Brasil Ltda.
- MPP Móveis Ltda.

As principais atividades econômicas do Município de Santa Cecília são: Produção florestal: Florestas plantadas, Transporte Rodoviário de Cargas, Fabricação de Móveis, Desdobramento de madeiras, Fabricação de papel, cartolina e papel cartão. E os Serviços: Comércio, Atividades bancárias, Atividades financeiras.

A dependência econômica exclusiva da madeira é apontada como uma das causas que contribuem para o empobrecimento da população. Este fator leva à reflexão acerca de possíveis e necessárias mudanças na economia local, sendo o turismo uma dessas possibilidades.

O estado de pobreza é medido a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência, de acordo com estudos do PNUD.

Segundo o IPEA, o Índice de GINI é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, no qual o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, restando o valor um no extremo oposto, ou seja, uma só pessoa detém toda a riqueza.

De acordo com os dados do Censo 2010, o município de Santa Cecília possuía a incidência de 1,6% da população com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, 10,6% com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e 37,9% da população com renda familiar per capita de até 1/4 salário mínimo. Contudo, segundo o Ministério da Saúde, (2010), entre os anos de 2000 e 2010, evidenciou-se uma redução deste índice de 0,550 para 0,534.

4.2 O TURISMO COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com o Ministério do Turismo (2012), o turismo tem imenso impacto na economia de países, estados, municípios e mesmo localidades. Embora sua importância tenha repercussões distintas, varia de acordo com a diversificação e a dinâmica da economia local, regional ou nacional, assim como os custos e benefícios advindos da mesma.

Grandes transformações marcam a contemporaneidade e diversos aspectos vêm definindo novas concepções de sociedade, valores e também no surgimento de novas necessidades e hábitos de consumo.

Nesse sentido, considera-se o turismo como um setor que vem crescendo de forma incessante, trazendo a oportunidade de criar empregos e empreendimentos, fatores inerentes ao desenvolvimento de uma região.

Diante desta perspectiva, se pode afirmar que poucos são os países, estados e municípios que conseguem se adequar a esse eixo, crescer-desenvolver economicamente e socialmente e que grande parte dos países do mundo, de alguma maneira se encontra em processo de desenvolvimento por não ter alcançado esse nível de equilíbrio, pois na maioria das vezes existe grande descompasso entre ser rico economicamente e socialmente desenvolvido.

Segundo Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, fomentada pelo Ministério do Turismo em 2011, 70% do empresariado do turismo apostam no crescimento da economia brasileira surgindo assim, novos paradigmas e novos valores incorporados à sociedade pós-moderna, em relação ao turismo no Brasil.

Com o crescente desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o turismo tornou-se numa das mais importantes atividades da economia global, sendo considerado por muitas entidades públicas como a “tábua de salvação” para o desenvolvimento de muitos países, regiões ou localidades.

Presentemente, o turismo tornou-se um “objeto de desejo para muitas regiões” (SILVEIRA, 2002, p. 87).

Tendo como objetivo fomentar o turismo como indutor do desenvolvimento sustentável do País, foi instituído o Programa Nacional de Municipalização do Turismo em 1994.

Segundo o Ministério do Turismo (2012), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT é um Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, de acordo com a metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptado à realidade brasileira, que tem como propósito implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, de forma simplificada e uniformizada, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa, conscientizando, estimulando e capacitando os municípios para que despertem e reconheçam a relevância do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação dos patrimônios ambiental, histórico e cultural.

Como um dos fenômenos que marcam a atualidade, o turismo adquire feições de uma das mais pujantes atividades econômicas mundiais, principalmente no que tange ao setor de serviços, sendo considerado um dos três líderes mundiais em produtividade, com a consequente ampliação da oferta de emprego e geração de renda. Surge como uma alternativa de desenvolvimento local por se tratar de um que setor procura trazer benefícios diversos, sendo o poder público municipal o principal articulador do desenvolvimento local, cabendo a este estabelecer políticas que promovam a melhoria e o bem estar social.

Entretanto, seu desenvolvimento sempre esteve pautado no enfoque econômico, apresentando duas faces: Enquanto pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões, tem ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos. Vale mencionar que

A concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de microrregiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. (RODRIGUES, 1997, p. 7).

Vale lembrar da importância do tema para o desenvolvimento regional como estratégia para o desenvolvimento local.

4.3 LIMITES E POSSIBILIDADES TURÍSTICAS DE SANTA CECÍLIA

Santa Cecília apresenta inúmeras possibilidades turísticas, entre elas: O Shopping de Santa Cecília que atualmente abriga um restaurante, algumas lojas e órgãos do Poder público municipal. Considera-se que este espaço poderia ser melhor aproveitado se fosse utilizado para a criação de um Museu e um Centro Cultural, o que valorizaria a cultura de seus munícipes, com apresentações musicais, shows e venda de produtos típicos locais, como doces, compotas, conservas, artesanatos, esculturas, confecções.

Com uma grande quantidade de rios, vales, serras, montanhas, cachoeiras e formações rochosas ideais para o turismo ecológico e de aventura, Santa Cecília ainda é um município que ainda depende de melhorar a oferta de infraestrutura para receber visitantes.

As cachoeiras e trilhas presentes no Município abrangem enorme área verde, o que sinaliza para a exploração da prática do turismo rural e de aventura, e pode despontar como roteiro do ecoturismo e do turismo rural, com grande potencial turístico para caminhadas ou cavalgadas, aproveitando tudo o que a natureza em volta oferece. Principais vertentes do turismo no futuro.

Com uma história ligada à sua colonização ainda pouco explorada pela carência de museus, centros culturais e exposições, Santa Cecília necessita preservar sua cultura e contar sua história, podendo instalar um Centro Histórico-Cultural para abrigar fotografias, quadros, louças, roupas, objetos de decoração, armas, móveis antigos. A cultura local e seus diversos circuitos de produção e circulação formam um conjunto de atividades fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

Mas para ampliar a participação da cultura neste processo de desenvolvimento no município, é necessário promover as condições necessárias para a consolidação da economia e induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais.

O Município abriga a casinha do “Negrinho do Pastoreio”, conhecida lenda do sul do Brasil, muito presente no cotidiano e no imaginário local. Esta poderia ser melhor explorada, pois segundo dados do Ministério do Turismo (2012), o setor religioso é responsável por 3,6% das viagens nacionais e 0,5% das internacionais no Brasil e cidades como Nova Trento (SC), Aparecida (SP), Trindade (GO), Santa Cruz (RN) e Bragança (PA)

irão receber verbas do Ministério do Turismo para o fortalecimento do turismo religioso no Brasil.

Portanto, se houvesse maior investimento neste ramo do turismo no Município haveria grande retorno econômico, financeiro e cultural. Essa atividade, em comparação com outras, necessita de menores investimentos, já que existe a possibilidade de aproveitar os recursos existentes nas próprias localidades como forma de investimento turístico.

O turismo rural pode ser definido como:

“Conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.
(MTUR. 2012).

Esta modalidade de turismo que pode ser explorada no Município, tendo por objetivo permitir a todos um contato mais direto e genuíno com a natureza, com a agricultura e com as tradições locais, através da hospitalidade privada em um ambiente rural e familiar.

As atividades turísticas no meio rural se fundamentam na oferta de serviços, equipamentos e produtos de: hospedagem, alimentação, recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades vinculadas ao contexto rural, além de outras atividades complementares, desde que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.

Fazendas e sítios que podem ser bem aproveitados para o turismo. Não só as propriedades, como também os atrativos e produtos existentes no campo podem ser uma opção para os turistas e uma oportunidade de geração de renda e empregos para os nele vivem, como:

- Bebidas e alimentos in natura, como: cereais, peixes, frutas, legumes, verduras ou orgânicas ou processados, como: vinho, doce, mel, aguardente, pão, embutidos;
- Artesanatos explorando a cultura e história local e outros produtos associados ao turismo;
- Criação de animais; atividades equestres e de pesca;
- Atividades de ecoturismo, esportes de aventura, caminhadas;
- Atividades pedagógicas no ambiente rural;
- Manifestações folclóricas, música, danças e tradições religiosas;
- Gastronomia, saberes e fazeres locais;
- Atividades recreativas no meio rural;
- Visitação a fazendas, casas de cultura e ao patrimônio.

Todas essas atividades podem ser amplamente aproveitadas favorecendo a viabilidade turística, desde que se fundamentem em um paradigma marcado por fatores como: estratégia, planejamento, sustentabilidade, busca de alianças, unidade e aponte para uma perspectiva de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante das adversidades históricas, culturais e políticas, muitos municípios superaram a pobreza a partir de soluções criativas. Para tanto, torna-se necessário repensar e realinhar ações políticas e governamentais em prol do turismo.

Vencidas as barreiras da resistência político-social, o turismo aparece como um segmento econômico de grande importância social e cultural na economia, capaz de gerar emprego e renda, explorar e difundir patrimônio natural e cultural do município.

Para que este seja considerado como alternativa de desenvolvimento, torna-se importante a participação da sociedade para legitimar as decisões e a vontade política é uma poderosa ferramenta para promover mudanças.

Se de fato as atividades turísticas forem concebidas com seriedade, planejamento, transparência, ética e profissionalismo, a economia local se fortalecerá, investindo, também em empreendimentos industriais, comerciais, no setor de serviços e na infraestrutura de suporte ao turismo. Ou seja, o desenvolvimento local se amplia, contribuindo para o desenvolvimento total, onde todos possam ganhar.

Desse modo, para que se possa contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento, o turismo pode abranger diversos contextos sociais e estar contemplado no plano diretor municipal como um documento primordial, que tem como fundamento garantir os princípios da reforma urbana, o direito à cidadania e da gestão democrática.

5.1 PROPOSIÇÕES

O objetivo desta pesquisa foi identificar os limites e possibilidades do turismo em Santa Cecília para seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Ocorreu a partir da análise de seus aspectos históricos, geográficos e culturais.

Apresentou-se uma proposta de valorização das potencialidades turísticas do município como forma de geração de empregos e alternativa de renda, estimulando também a preservação cultural e ambiental.

Verificou-se uma grande variedade de atrativos turísticos na geografia do município que podem ser aproveitados para o desenvolvimento econômico e social, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e turismo rural, sendo estes setores capazes de gerar novos investimentos, em função das inúmeras conexões que estabelecem, podendo agregar aumento da receita local e promover melhor qualidade de vida para a população.

De acordo com a pesquisa realizada, apesar de haver projetos para fomentar essas atividades, verificam-se certos problemas ligados à captação de recursos, dificuldades em conseguir investimentos e falta de informações acerca da viabilidade turística do município.

A partir dessas informações, pôde-se perceber que mesmo com alguns avanços verificados na esfera social e econômica, ainda faltam metas estratégicas de desenvolvimento humano para a população de Santa Cecília, uma vez que se evidencia situação de pobreza em alguns bairros, como Menegatte, Nossa Senhora Aparecida e Guilherme Rauen e localidades do interior, que apresentam falta de saneamento básico, más condições de higiene, alimentação inadequada, falta de calçamento nas ruas, entre outras dificuldades.

Sugere-se a implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística, através de critérios que valorizem a cultura local e os aspectos ambientais, através de incentivos, orientações técnicas e projetos, que se fundamentem em um paradigma marcado por fatores como: estratégia, planejamento, sustentabilidade, busca de alianças, unidade e aponte para uma perspectiva de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI. Artigo 19, 2009.132 p.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1998. p.190.

BAHL, Miguel. **Fatores ponderáveis no turismo: sociais, culturais e políticos**. Curitiba. Protexoto. 2004.

BENI, Mário Carlos Beni. **Análise estrutural do turismo**. 4 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Globalização do turismo:** Megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção Turismo).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.** 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 24 jun. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado.** / **Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo,** Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas e projeções da população.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 02 jun. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 02 jun. 2013.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas.** Brasília, DF: ANDI. Artigo 19, 2009.132 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide, M.T. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/> **O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário.** 2003. Acesso em: 17 set. 2013.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Região e Organização. Espacial.** 7. ed. Ática. São Paulo. 2000.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo.** São Paulo : Atlas, 2005.

DICIONÁRIO DE DESENVOLVIMENTO Econômico. Disponível em <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tikiindex.php?page=Desenvolvimento+econ%C3%B4mico>. Acesso em 17 mar. 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado:** a grande guerra civil brasileira. **In: Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos.** Curitiba. Ed. Bagozzi. 2005, p. 228-255.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas.** In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo. Saraiva 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versao_Final_. Acesso em : 17 mar. de 2013.

MONTANER, J. M. **Museu contemporâneo: lugar e discurso**. Projeto, nº 144, São Paulo. 1991.

MUSEU DO CONTESTADO: **Aqui o contestado se faz história**. Santa Catarina: Fundação Catarinense de Cultura, 2008. Museu do Contestado. Histórico. Disponível em: <http://www.cdr.unc.br/ambientes/museu/museu>. Acesso em: 21 dez. 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE v. 05 n. 02. Curitiba. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano**. Disponível em http://www.hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_chapter_2.pdf. Acesso em: 15 dez. 012.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. São Paulo, Ed. Aleph, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

REJOWSI, M & COSTA B.K. **Turismo contemporâneo**. São Paulo. Ed. Atlas. 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo. Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em números**. Florianópolis/ SEBRAE /SC. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2010. 115p.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 87-98.

SIQUEIRA, D. **História social do turismo**. Goiânia, Ed. Vieira, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas. Papirus. 1998.

XAVIER, Herbe. **A dimensão do turismo no ensino da geografia**. Anais do 5º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999. Disponível em: <http://www.members.tripod.com.br> Acesso em: 17 jan. 2013.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo. Saraiva, 1998.

VEIGA, José E. da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.